



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

01/04/2014 ATÉ 01/04/2014



INDÍCE

1	BLOG DO ITEVALDO	
	1.1 PRESIDÊNCIA.....	1
2	BLOG DO NETO FERREIRA	
	2.1 PRESIDÊNCIA.....	2
	2.2 VARA CÍVEL.....	3
3	IMIRANTE.COM	
	3.1 COMARCAS.....	4 5
4	O IMPARCIAL ONLINE	
	4.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	6
	4.2 JUÍZES.....	7
	4.3 PRESIDÊNCIA.....	8
	4.4 SEGURANÇA.....	9

Associação de Magistrados propõe eleições diretas no Poder Judiciário



O presidente da Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, entregou à vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Anildes Cruz, nesta segunda-feira (31), proposta de emenda regimental sugerindo mudança no Regimento Interno do Judiciário, a fim de garantir a todos os juízes o direito ao voto direto na escolha dos integrantes da administração do Tribunal.

De acordo com o presidente da AMMA, 31 de março foi escolhida como data oficial para que as associações regionais apresentem a proposta a todos os tribunais brasileiros, por marcar o cinquentenário do golpe militar de 1964. No Maranhão, cerca de 50 juízes participaram do ato de entrega do documento.

"Permitir que os juízes possam participar do processo de eleição da mesa diretora do Tribunal representa algo mais democrático e transparente. Ganha a sociedade brasileira, pois será mais um ato que poderá melhorar a prestação jurisdicional", disse o juiz Gervásio Santos.

Segundo a desembargadora Anildes Cruz, a proposta será encaminhada à Comissão do Regimento Interno e Procedimentos do Tribunal de Justiça, da qual também é presidente. Ela disse que cada desembargador receberá cópia do documento, para posterior discussão e apreciação das reivindicações apresentadas pela associação. "Vamos nos reunir para discutir e procurar conhecer a posição adotada por outras Cortes no que se refere às prerrogativas da proposta".

Com informações da assessoria da AMMA

Juízes propõem eleições diretas no Judiciário

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Anildes Cruz, recebeu nesta segunda-feira (31), proposta de emenda regimental entregue pelo presidente da Associação de Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, sugerindo mudança no Regimento Interno do Judiciário, a fim de garantir a todos os juízes o direito ao voto direto na escolha dos integrantes da administração do Tribunal.

De acordo com o presidente da AMMA, 31 de março foi escolhida como data oficial para que as associações regionais apresentem a proposta a todos os tribunais brasileiros, por marcar o cinquentenário do golpe militar de 1964. No Maranhão, cerca de 50 juízes participaram do ato de entrega do documento.

"Permitir que os juízes possam participar do processo de eleição da mesa diretora do Tribunal representa algo mais democrático e transparente. Ganha a sociedade brasileira, pois será mais um ato que poderá melhorar a prestação jurisdicional", disse o juiz Gervásio Santos.

A desembargadora Anildes Cruz informou que a proposta será encaminhada à Comissão do Regimento Interno e Procedimentos do Tribunal de Justiça, da qual também é presidente. Ela disse que cada desembargador receberá cópia do documento, para posterior discussão e apreciação das reivindicações apresentadas pela associação.

"Vamos nos reunir para discutir e procurar conhecer a posição adotada por outras Cortes no que se refere às prerrogativas da proposta", ressaltou a desembargadora.

Donos do Satisfaction e Hangai ganham na justiça contra Cemar

Restaurantes de São Luís ajuizaram ação ordinária de indenização por danos morais, com pedido de tutela antecipada contra a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), em razão das constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Na ação, as empresas Gaia Café Ltda, Hangai Restaurante Ltda, MR Comércio de Alimentos Ltda, Satisfaction AVTX Bar e Restaurante Ltda, alegaram constantes interrupções no fornecimento de energia nos horários de maior fluxo de pessoas, ocasionando consideráveis prejuízos às atividades comerciais que exercem.

No processo, consta que a Cemar já havia sido comunicada pelos estabelecimentos comerciais da oscilação de tensão elétrica na área, sem, contudo, ter solucionado o problema, gerando um boletim de ocorrência.

A juíza auxiliar, respondendo pela 1ª Vara Cível, Rosângela Santos Prazeres Macieira, determinou liminarmente à Cemar que regularizasse o fornecimento de energia nesses estabelecimentos comerciais no prazo de 72h, providenciando a substituição do transformador e cabos por outros mais potentes, sem embargo da adoção de qualquer medida necessária à solução da problemática descrita pelos autores da ação, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, até o limite de R\$ 30 mil.

Na decisão, a magistrada destaca que o fornecimento de energia elétrica é um serviço essencial e deve ser prestado de forma contínua e eficiente.

Comarca de Caxias realiza correição e inspeção judiciais

SÃO LUÍS - A 5ª Vara da Comarca de Caxias realiza, no próximo mês de abril próximo, correição e inspeção extraordinárias em todos os serviços judiciais, extrajudiciais, delegacias e presídios sob a jurisdição da unidade. A solenidade de abertura da correição acontece no dia 23 de abril, às 8h30, na Sala de Audiências da unidade. Segundo a portaria que trata da ação - Portaria 08/2014 - o encerramento da correição está marcado para o dia 02 de maio, às 18h, "ressalvada a hipótese de finalização dos trabalhos antes do prazo previsto ou a necessidade de prorrogação". A inspeção extraordinária acontece no período de 5 a 9 de maio. Preside os trabalhos a titular da 5ª Vara, juíza Marcela Santana Lobo.

Por determinação da magistrada, para a abertura da correição foram expedidos convites a promotores, defensores públicos e advogados militantes na comarca, representantes da Prefeitura, Câmara de Vereadores, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, OAB, associações, sindicatos e rádio.

Com vistas à ação, Marcela Lobo determinou o recolhimento de todos os processos em poder de advogados, procuradores, membros do MP, peritos e auxiliares do Juízo. Os autos devem permanecer na secretaria judicial durante todo o período da correição. O atendimento a partes e advogados (exceção para recebimento de reclamação e recursos relacionados aos serviços correicionados) as audiências e os prazos processuais serão suspensos no período.

Segundo a portaria da Correição, reclamações contra os serviços judiciais podem ser feitas a qualquer momento, inclusive através do email da comarca: vara5_cas@tjma.jusbr.

Mutirão em Itapecuru-Mirim tem 270 audiências agendadas

Divulgação

ITAPECURU-MIRIM - Do próximo dia 22 de abril até o dia 9 de maio um Mutirão de Conciliação promovido pela 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim realiza 270 audiências. Presidido pela juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da unidade. Uma servidora da secretaria judicial da comarca atuará como conciliadora nas ações do Juizado Especial.

Em média, serão 70 audiências diárias, realizadas nos períodos da manhã e tarde. Entre os processos, os cíveis, que contabilizam cerca de 50. O restante trata de ações do Juizado, dos quais a maior parte tem como demandadas pessoas físicas.

Acervo

Dados contabilizados até essa segunda-feira (31) apontam para um acervo de 1.726 processos em tramitação na unidade. Instalada em outubro de 1981 e distante 200 km da capital Itapecuru-Mirim é comarca de entrância intermediária e conta com três varas.

O Poder Judiciário da comarca funciona na Rua Basílio Simão, s/n, Centro.

Projeto casamento comunitário leva cidadania a 90 casais da Cidade de Rosário



"Agora é oficial. Já convivemos tem bastante tempo e essa foi a oportunidade pra nós acertar nossa união. Fico muito feliz com essa chance que a Justiça deu para nós". A afirmação, acompanhada de um longo sorriso, foi feita pelo senhor José Aquino dos Reis, 78 anos, durante mais uma edição do projeto casamento comunitário realizado na Comarca de Rosário. A celebração aconteceu na manhã desta terça-feira (1º) e garantiu o matrimônio de 90 casais.

O senhor José convive há 60 anos com a senhora Joana Baltazar Santos, mas só agora, por meio do projeto da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, teve a união oficializada com sua parceira. A desembargadora Nelma Sarney abriu os trabalhos destacando a importância da instituição do matrimônio para a sociedade. "Acredito que o casamento é a mais importante instituição no seio de uma sociedade, porque é dele que se constrói a base familiar", disse.

Para celebrar os casamentos a juíza Lucia de Fátima Quadros, que responde pela 2ª Vara de Rosário, teve o apoio dos juízes corregedores José Américo Costa e Maria Francisca Galiza. Lucia Quadros elogiou o projeto da Corregedoria, lembrando que é papel também do Judiciário estar presente nas comunidades. "A Justiça deve fazer parte da vida da comunidade. Com esse espírito é que nós demos continuidade ao projeto para garantir ao cidadão o direito de uma união regular", pontuou.

Também foi celebrado o matrimônio de Antonio Carlos Pereira Mendes e Aline Priscila Silva Botentuit, que disseram sim aos 19 anos de idade, sendo o casal mais jovem da celebração. "Já convivemos há três anos e o

casamento vem como uma prova do amor que sentimos um pelo outro", disse Aline. Esperançoso, Antonio completou: "Vamos agora correr atrás dos nossos sonhos que é de ter nossa casa, ter nossos filhos e, acima de tudo, ser feliz".

Outro matrimônio bastante celebrado foi o do casal Domingos Ribeiro Silva e Maria Amélia Santos. Ela é cadeirante, mas fez questão de comparecer e selar a união. Domingos explica que o amor supera qualquer barreira e que com o casamento o amor vai aumentar ainda mais. "Agora temos uma situação regular e quero poder dividir os anos que ainda me restam ao lado da pessoa que amo", disse.

O projeto Casamento Comunitário foi instituído pela Corregedoria da Justiça do Maranhão em 1999 e visa a oficializar a união de casais de forma gratuita. Desde sua criação já são cerca de 30 mil casamentos realizados. Somente nos três primeiros meses de gestão da desembargadora Nelma Sarney à frente da Corregedoria já foram realizados 600 casamentos em diversos municípios do Estado.

Ainda no mês de abril, acontecerão novas edições do Casamento Comunitário nas cidades de Sucupira do Norte, no dia 10, com a participação de 45 casais; em Imperatriz, onde o evento promovido pela 2ª Vara de Família, acontece no dia 11. Em maio, será a vez da cidade de Matões.

Maranhão é destaque em reunião sobre cadastro internacional de adoção

A desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça do Maranhão, designou o juiz José Américo para participar de uma reunião convocada pela Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O encontro aconteceu nos dias 27 e 28 de março em Natal (RN) e teve como objetivo discutir a operacionalização do acesso para os estrangeiros ao Cadastro Nacional de Adoção, conforme decisão recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que alterou o texto da Resolução nº. 54/2008.

Em sua atuação, o juiz maranhense destacou que a regulamentação pelo CNJ foi de extrema importância, considerando o acesso a informações que juízes passarão a ter, bem como facilitará para o estrangeiro que poderá fazer sua inscrição no cadastro de adoção, ficando sua solicitação disponível para todos os estados da Federação. Antes, os pedidos eram feitos de forma isolada para os juízes competentes em cada estado.

Na visão de José Américo, "é importante assegurar a efetiva participação do estrangeiro no processo de adoção, haja vista que o perfil de crianças que eles buscam para adotar é diferente do perfil preferido pelos brasileiros, fator determinado pela cultura de cada país", explicou.

Para a desembargadora Nelma Sarney, o próximo passo é definir como será realizado o cadastro pelo estrangeiro. A proposta da corregedora é que a inscrição do estrangeiro ocorra dentro do próprio sistema do cadastro nacional já existente. Para isso, foi sugerido que dentro da página eletrônica do cadastro seja inserido um espaço com a finalidade exclusiva de inscrição por esse interessado.

A propositura foi defendida pelo juiz José Américo e acatada por unanimidade pelos conselheiros, passando a fazer parte de um projeto de resolução do CNJ que vai regulamentar a matéria. O projeto está em fase final de elaboração e seguirá, em breve, para assinatura do presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Joaquim Barbosa.

Durante o encontro na capital potiguar, foi criada uma comissão de trabalho com a finalidade de debater como será elaborado o acesso com reunião já agendada para o dia 24 de abril, desta vez em Brasília. José Américo continuará sendo o juiz a representar o Maranhão na comissão.

Outro assunto em discussão na reunião foi a extensão das competências da Acaf para os casos de adoções nacionais, considerando a necessidade de implementar mais dinamismo no processo de adoção. Atualmente a autoridade central só atua em casos de adoção internacional.

A Acaf - O órgão tem atuação de natureza administrativa no credenciamento de organismos estrangeiros de adoção internacional e foi criado em 1990, juntamente com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo um órgão vinculado à Presidência da República. A Acaf dispõe de um Conselho de Autoridades Centrais, formado por juízes e desembargadores. No Maranhão, fazem parte o conselho a desembargadora Nelma Sarney e o juiz José Américo.

Números da adoção - Dados recentes do Cadastro Nacional de Adoção, sistema mantido pelo CNJ, revelam a existência que há hoje no Brasil cerca de 5,4 mil crianças ou adolescentes cadastrados aguardando a oportunidade de serem adotados. Por outro lado, existe um número aproximado de 30 mil pretendentes. Os motivos para não adoção de algumas crianças, ainda que o número de pretendentes seja quase seis vezes superior ao de crianças para adoção, é o fato de muitas destas não se enquadrarem no perfil pretendido pelos

brasileiros.

De acordo com dados do cadastro nacional, hoje existem há 617 crianças com 7 anos de idade aptos para adoção, mas na contramão dessa disponibilidade, somente 2% dos pretendentes brasileiros pretendem formar familiar com crianças dessa idade. Com 8 anos de idade são 305 crianças disponíveis, sendo que as chances de adoção caem para a 1% dos pretendentes; enquanto crianças acima de 9 anos, o que representa 600 jovens, não possuem pretendentes.

Juízes querem escolher presidentes de tribunais

Juízes estaduais, federais e do Trabalho querem escolher por meio do voto os presidentes e vice-presidentes dos tribunais. Eles protocolaram hoje (31) no Rio requerimento com o pedido de mudança no processo. Com a participação no pleito, no qual votam apenas desembargadores, os juizes desejam fortalecer a democracia interna e transparência.

De acordo com o juiz Paulo Périssé, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, a participação dos juizes nas eleições aumenta a legitimidade da presidência para fazer mudanças que melhorem o atendimento, principalmente na primeira instância.

"Muitas vezes nos perguntamos: por que constroem um tribunal suntuoso, enquanto as varas estão sem equipamento de trabalho?". Para ele, com a participação dos juizes nas eleições, será possível "ampliar o compromisso de quem dirige em relação à base". Com os juizes elegendo, o dirigente vai ter que investir.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Eduardo André Fernandes, concorda. Para ele, ao votar, os juizes têm mais chances de ter seus pedidos atendidos. "A dificuldade de participar da gestão influencia nas desigualdade de distribuição de funcionários, de investimentos. A democracia ajuda na gestão", disse.

"Queremos a democratização interna. Não decidir sobre o destino da própria carreira e não poder escolher o melhor para o conjunto dos juizes é um prejuízo", acrescentou o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, Rossidélío Lopes.

Procuradas, as assessorias dos tribunais não retornaram as ligações da Agência Brasil.

CNJ regulamenta uso de armas em órgãos do Judiciário

A resolução que regulamenta o porte de armas por funcionários que fazem a segurança de órgãos do Judiciário entrou em vigor hoje (31). A principal regra aprovada em conjunto, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é o prazo de três anos de validade do porte de arma de fogo, tempo que poderá ser renovado.

De acordo com a resolução, o porte de arma fora das dependências dos órgãos é proibida, salvo em situações autorizadas previamente. Todo o armamento institucional também deverá ser identificado, segundo a norma. A resolução foi aprovada pelo plenário do conselho, no dia 27 de junho de 2013.